

EDUCAR E INTEGRAR: PROCESSO GRADATIVO, CONTÍNUO, LIBERTADOR

ROSITA EDLER CARVALHO*

O título por si só induz a inúmeras reflexões, seja pela complexidade dos processos de educação e integração, seja pela afirmativa que contém, sem dúvida correta e profunda.

Quando a gradação, continuidade e libertação se referem a pessoas portadoras de deficiência, a temática ganha novas dimensões, além daquelas de cunho pedagógico, político e social.

Referimo-nos ao aspecto histórico e que nos permite identificar, sempre, inúmeras lutas em prol dos direitos dessas pessoas de se educarem e de se integrarem.

Reúnem-se elas, infelizmente, com o numeroso grupo de desafortunados — porque pobres — e que igualmente ficam à margem dos bens e serviços produzidos pela sociedade.

Certamente, as estratégias de inseri-los no processo educacional são diferentes e específicas. Mas a essência da problemática é a mesma: ambos os grupos são considerados **anômicos** pelas Ciências Sociais.

No caso dos portadores de deficiência, o Sistema encontrou uma saída honrosa, embora perversa: não se trata de “marginália social, produto de desrespeito a uma ordem social dada” (Guilhom de Albuquerque) e, sim, de pessoas incapazes, porque doentes.

* Mestre em Psicologia – Fundação Getúlio Vargas.
Do 31.º Encontro Estadual das APAEs.

A ênfase no impedimento é uma forma sutil — embora injusta — de adiar o enfrentamento sócio-educacional da questão. É igualmente um modo de entregá-la aos especialistas do corpo.

Assim, explicam-se termos como tratamento, incapacidade e outros, que aparecem em textos legais e documentos oficiais, reforçadores da **anomia**.

É como se uma vez diagnosticada a deficiência em suas complicadas etiologias e desdobramentos biopsicossociais, a ciência social se desencumbisse de seu papel.

Nesse caso deveriam entrar em cena outros atores como médicos, psicólogos e todo o leque dos “entas”, já que aquele grande grupo parece inelegível... esse é, provavelmente, o raciocínio vigente, embora absolutamente indesejável.

A **anomia** que atinge os portadores de deficiência se deve ao fato de não terem prestígio político ou social. Como seus pares, vítimas de pobreza, ficam à margem, sofrendo pelos preconceitos e pela falta de oportunidades.

Embora o cerne da questão seja as pessoas portadoras de deficiências, justifica-se mencionar os indivíduos mais carentes porque destes surgirão inúmeros outros casos de deficiência como seqüelas da privação de experiências ou de experiências inadequadas.

Virão ampliar o efetivo dos portadores de deficiência, não por razões biológicas, mas, por injunções contextuais de desigualdades e que precisam ser denunciadas.

O caráter libertador do processo educativo tem seu núcleo na atitude dos professores aos quais, além de transmitir os conteúdos programáticos e de socializar seus alunos, compete refletir sobre o significado da educação como ato político que é.

Encarar a educação apenas como instrumentalização do indivíduo, capacitando-o para a vida, sem examiná-la como visão mais ampla (coerência interna e externa, suas consequências mediatas e imediatas) é adotar uma atitude irresponsável e inadmissível.

Não é possível planejar o processo educativo sem valorizar seu poder criativo e inovador; sem assinalar que é o melhor instrumento para a emancipação.

Para tanto deve assentar-se em relações dialógicas, facilitadoras dos primeiros níveis de integração: professor X aluno, aluno X insumos cognitivos e afetivos, e alunos X alunos.

Na verdade, trata-se de identificar a ideologia subjacente às ações educativas e seus efeitos sobre as características que o processo assume, ao longo de seu curso.

Assim, se a ideologia for a “figura” do processo, certamente a educação será entendida como **capital humano** (Schultz) tendo como finalidade a reprodução do **Status quo** (Bourdieu e Paseron).

Se a ideologia for “fundo”, a figura do processo educativo será o Cidadão, capaz de refletir e criticar. Cidadão, Pessoa, proprietário do saber, a ele transmitido sob a égide de uma pedagogia crítica social dos conteúdos (Libâneo).

Embora o termo ideologia esteja carregado pejorativamente, precisa ser retomado no sentido de um conjunto de idéias que se criam a respeito de um presente vivido. Decorrem de um passado e projetam-se para o futuro, num constante “*in fieri*”.

A imagem de figura X fundo vem emprestada da Psicologia, em especial da Psicologia da Forma.

Esta nos ensina que, em qualquer contexto, alguns elementos se destacam, ganhando prevalência, como verdadeiras “figuras” em contraposição a outros, também importantes, mas não tão destacados e que ficam como “fundo”.

No caso de educação, se os valores econômicos e que estão na raiz das ideologias capitalistas forem mais significativos que os éticos e sociais, e a ideologia for figura, então os portadores de deficiência serão realmente anômicos, porque sua capacidade produtiva, de modo genérico, pode ser questionada.

No entanto — e esta tem sido a dialética ao longo da história de educação de portadores de deficiência — se pre-

dominarem os valores humanísticos, terão eles acesso, ingresso e permanência no processo educativo, por direito de cidadania, sem necessidade de apelação afetiva.

Gradativos e contínuos têm sido os esforços para evidenciar que as pessoas portadoras de deficiência, como qualquer ser humano, têm potencialidades que precisam ser desenvolvidas.

Lamentavelmente existem, aproximadamente, preconceitos radicais acerca dessas potencialidades.

Isso implica em tensão constante porque o que deverá ser fato natural e espontâneo torna-se objeto de luta, em prol dos portadores de deficiência.

Por isso justificam-se temas como este. O que é aparentemente o óbvio precisa ser decodificado quando o educando é o portador de necessidades educativas especiais.

Há que esclarecer a sociedade em geral, ajudando-a na tomada de consciência autêntica.

Conscientização é, portanto, mais que informar e **motivar para**. Conscientizar é eliminar o estado de alienação através da reflexão crítica, desmitificante de preconceitos antigos e perversos.

Trata-se, sem dúvida, de um processo gradativo, contínuo e libertador. E assim é porque é igualmente educativo.

Não como a educação formal, própria dos bancos escolares. Mas, como esta, um conjunto de procedimentos que permitam informar, esclarecer, refletir e finalmente desenvolver atitudes coerentes, livres do idealismo pedagógico da negação das potencialidades dos portadores de deficiência e de qualquer forma de pieguismo.